

AS CONTRIBUIÇÕES DO PRONERA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSENTADOS EXTRATIVISTAS DA REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

Oséias Soares Ferreira – Mestrando em Educação FE/UNICAMP

Márcia de Paula Leite – Orientadora FE/UNICAMP

GEPEDISC /DECISE/FE/UNICAMP

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA no estado do Amapá, fazendo um estudo de caso da implantação e funcionamento do curso Técnico em Meio Ambiente para os assentados da reforma agrária do município de Laranjal do Jari, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, tendo como referência a Educação no Campo. Nossa proposta é analisar a participação da comunidade na implantação do referido curso, bem como, compreender como acontece um curso técnico subsequente utilizando a metodologia da Pedagogia da Alternância, e por fim perceber os desafios e as dificuldades para acesso e continuidade dos estudos dos referidos alunos. A metodologia utilizada adota as técnicas da pesquisa-ação, usando o método qualitativo para análise dos dados, pois as bases de coletas advém por meio de entrevistas semiestruturadas, documentação e diagnóstico do espaço-pesquisa. Embora ainda em andamento, pode-se concluir que o curso apresenta aceitação dos alunos e da comunidade, a considerar a baixa evasão e as práticas já executadas nas comunidades. Os alunos mostram-se interessados pelo curso, percebem a importância do mesmo para auxiliar no cuidado com o meio ambiente. Os alunos reclamam da ausência de políticas públicas em favor dos trabalhadores agroextrativistas; da dificuldade de frequentar o tempo escola em função da distância e ausência de casa, da alta carga horária de sala de aula e na falta de infraestrutura para recebe-los durante as aulas.

PALAVRAS-CHAVES: PRONERA. Formação Profissional. Pedagogia da Alternância. Trabalhadores Agroextrativistas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da pesquisa que vem sendo realizada no Mestrado em Educação da UNICAMP, na linha de pesquisa Trabalho e Educação realizando uma análise do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA, em contexto amazônico. Sendo objeto de pesquisa o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, tendo como referência o curso Técnico em Meio Ambiente pra os assentados da reforma agrária do município de Laranjal do Jari - AP.

Busca-se, portanto, analisar o processo de implantação e a continuidade do referido curso, no período compreendido entre 2014 a 2016, para os assentados da reforma agrária no município de Laranjal do Jari¹(AP).

O principal objetivo da pesquisa é analisar o processo de implantação e funcionamento do curso Técnico em Meio Ambiente, do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária/PRONERA, para os assentados extrativistas da reforma agrária no município de Laranjal do Jari – AP, bem como seus desafios e dificuldades, ao longo de sua materialização nos anos de 2014-2016.

Para tanto estamos analisando a participação das comunidades assentadas no processo de implantação do referido curso; pesquisando a aplicação prática da Pedagogia da Alternância em um curso técnico subsequente ao ensino médio para comunidades assentadas e extrativistas da reforma agrária e ao final da pesquisa ser possível perceber os desafios e dificuldades encontrados pelos assentados para o acesso e continuidade de estudos dos assentados da reforma agrária no município de Laranjal do Jari – AP.

No Brasil ainda é predominante à compreensão do rural “como sinônimo de atraso, de agrícola, de natural, enfim, de vê-lo como o oposto de uma visão estereotipada do urbano, que o coloca no *locus* por excelência do processo, da modernização, da indústria e da técnica”, destaca Cambuzzi (2006). Esta noção incapacita a compreensão maior que permeia relação campo/cidade e a interdependência entre estas. Destarte, “cabe ainda dizer que as características como isolamento, visão de mundo provinciana e relações interpessoais restritas, atribuídas ao mundo rural, são hoje altamente questionáveis” (Idem), apesar de constituírem compreensões muito presentes nas análises superficiais de pensadores e estudiosos.

O teórico inglês Raymond Williams, corrobora esta compreensão, ao afirmar que a compreensão do campo não deve se dar no tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade, tal qual é idealizado pela literatura, pois esta compreensão anula as lutas e os conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país.

¹Município de Laranjal do Jari. Criado pela lei federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987. Localiza-se na região sudoeste, à margem esquerda do rio Jari, que separa o Estado do Amapá do Estado do Pará, na região sudoeste. A altitude é de 50m (sede). Distante da capital do Estado, 265 quilômetros. Possui população estimada em 2014 de 44.777 habitantes. Faz fronteiras com os municípios Amapaenses de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, além do Estado do Pará, e da Guiana Francesa e Suriname. (Fonte: IBGE, 2014.)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, surgiu a partir de debates dos movimentos sociais, com maior força o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Universidade de Brasília – UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, as Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA para a Educação no Campo, em julho de 1997.

Deste debate foi criado oficialmente o PRONERA, por meio da Portaria N°. 10, de 16 de abril de 1998 do, na época, Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, hoje Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o objetivo de “fortalecer a educação nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável das áreas de assentamentos”.

O PRONERA se tornou expressão de uma parceria estratégica entre o governo, as universidades e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo para Educação nos assentamentos da reforma agrária, representando, assim, um promissor instrumento contra o alto índice de analfabetismo e a baixa escolaridade dos assentados. Nessa perspectiva, o Programa surge como uma iniciativa de Educação Básica do Campo, que consiste, sobretudo, em desafio a um país como o Brasil, como dimensão de sua dívida social. É ainda um sinal de alerta para o histórico processo de exclusão educacional dos trabalhadores rurais. (MOLINA, 2011)

No ano de 2014 foi firmado um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão federal ligado ao MDA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, para a oferta do curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente e modalidade de alternância para os assentados das comunidades extrativistas de Laranjal do Jari - AP. O curso iniciou-se no mês de julho de 2015. A oferta do curso por meio do PRONERA no estado do Amapá torna-se nosso objeto de estudo dentro do projeto de pesquisa ora apresentado.

Neste artigo analisaremos as contribuições do curso Técnico em Meio Ambiente na formação profissional, ocorrido a partir do convênio entre o INCRA e o IFAP – AP para a oferta do curso técnico dos assentados agroextrativistas da reforma agrária do Sul do estado do Amapá – AP.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza o método qualitativo para análise dos dados, uma vez que, as bases de coletas acontecem por meio de entrevistas, análise de documentos, mapeamento e diagnóstico, seguindo as técnicas da História Oral.

A coleta dos dados acontece nas comunidades assentadas extrativistas de Laranjal do Jari, com os alunos da primeira turma do curso Técnico em Meio Ambiente para assentados da reforma Agrária do município de Laranjal do Jari - AP. A pesquisa conta ainda com a participação de alunos e membros das comunidades extrativistas e representantes do INCRA, responsáveis pela execução do PRONERA no Amapá e coordenação do curso.

Com isso, a coleta de fonte nas comunidades acontece por meio da utilização de recursos tecnológicos (fotografia, gravação de áudio e vídeo, dentre outros), entrevista semiestruturada. Os registros dos jornais, os periódicos, a documentação oficial e as fontes orais atribuirão sentidos e também servirão como “testemunhos” da História do Tempo Presente dos assentados da Reforma Agrária. Barcellar (2005) sinaliza: “contextualizar o documento que se coleta é fundamental” para o pesquisador em geral que busca olhar o passado, por mais recente que seja. Esses elementos nos ajudam a pensar e repensar os elementos que compõe a implantação do curso de Técnico em Meio Ambiente e seu percurso na Amazônia amapaense.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação constitui instrumento fundamental para a promoção de mudanças e transformação na sociedade. Paulo Freire (2005) trata educação como elemento de transformação e o ser humano como inacabado, inquieto e passível de se educar, porém ele precisa reconhecer-se enquanto ser humano e reconhecer suas peculiaridades socioculturais, posto que, “quando o ser humano pretende imitar a outrem, já não é ele mesmo. Assim também a imitação servil de outras culturas produz uma sociedade alienada ou sociedade-objeto. Quanto mais alguém quer ser outro, tanto menos ele é ele mesmo”.

Nesta perspectiva, a base freireana contribui para a compreensão do objeto, e está relacionada a outros autores que debatem cultura, experiência e sociedade, como os da história social inglesa Edward P.Thompson, Eric Hobsbawm, Raymond Williams, dentre outros, e os estudiosos da educação brasileira, como Gaudêncio Frigotto, Roseli

Caldart, Mônica Molina e Miguel Arroyo, estes ajudam na compreensão e na adoção de uma análise crítica dos elementos constituintes do objeto pesquisado.

Essa busca por uma identidade, pela construção do conhecimento em detrimento a transmissão do conhecimento torna-se prática no universo escolar, principalmente a partir da aproximação dos movimentos sociais com a educação. Paulo Freire corrobora necessidade dessa prática, quando destaca que “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem.” FREIRE (2005)

Assim, entendemos que, a luta por uma educação de qualidade para o homem do campo foi se estruturando ao longo da história da educação no Brasil, fortalecendo-se contra a dominação da educação urbana e padronizada, que prioriza a consolidação da lógica do capital e descredita a vida no campo. Sobre esse assunto Arroyo (2004) descreve:

A Educação do Campo não é questionada pela educação das cidades, nem por uma nova moda pedagógica, nem por uma nova política pública, nem sequer pela modernização produtiva do agronegócio, nem pela moderna burguesia agrária, mas pelos Movimentos Sociais, pelos povos do campo organizados. Em movimento.

Percebe-se que, a realidade do homem do campo é encarada como secundária perante a sociedade brasileira, e essa recusa ao direito dos trabalhadores rurais, faz surgir um movimento que busca reaver os direitos e a igualdade de condições ao homem do campo, sendo a educação o veículo percussor desse processo. Arroyo (1999) sugere ainda, que:

O povo sempre foi visto como receptor agradecido de dádivas das elites compassivas, abrir uma escolinha rural era uma dádiva do fazendeiro ou do novo prefeito. Os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – a escola, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas. Um fato que inverte a lógica em que por séculos equacionamos as políticas públicas educativas para o povo.

Historicamente, e até os dias atuais, a questão agrária no Brasil é caracterizada pela forte concentração de terras e de capitais, o cultivo de monoculturas e da exploração do trabalho das classes menos favorecidas. Nesse sentido, podemos afirmar que das várias situações que abrangem a questão agrária, a educação é uma delas. Pois as famílias dos trabalhadores, sujeitos do processo da reforma agrária, necessitam de uma educação contextualizada com a realidade de luta e resistência vivida, seja nos acampamentos, seja nos projetos de assentamentos de reforma agrária, visto que essas

famílias de camponeses e trabalhadores rurais é que são os sujeitos da denominada hoje, educação do campo (KOLLING, 2002).

Para Gramsci (1978) é preciso afastar-se da submissão e do fatalismo que as classes dominantes impõem, afim que as classes trabalhadoras possam chegar a um estágio de organização. Dessa forma, toda imposição ocorrida ao longo do processo histórico pode ser modificada por homens livres e conscientes de sua ação organizativa, construindo uma nova sociedade, onde aconteça a participação de todos os indivíduos. É nesta construção que os Movimentos Sociais do Campo se inserem.

A educação do/no campo é uma reivindicação direta dos movimentos sociais, que se consolida a partir da década de 1990, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Terra², entre outros, e está expressa no documento preparatório da I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo de 1998, onde consta a filosofia central de uma nova proposta para o campo: A educação do campo, a partir de práticas e estudos científicos, deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo (I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo. Carta Aberta. Luziânia – Goiás, 1998).

Dentro deste contexto de luta e resistência do homem do campo, surge o PRONERA. Molina (2011), em seu artigo “As contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil”, ressalta que o PRONERA permitiu a criação de espaços para participação dos jovens assentados na escolarização formal vinculados a sua realidade de atuação no campo. Esta perspectiva contribui em parte para atenuar a grande carência de políticas públicas para esta população. Vale destacar ainda, a perspectiva da Pedagogia da Alternância, já citada, e sua metodologia que procura dialogar com as demandas advinda dos cursistas, o que permite uma intervenção contributiva aos educandos.

A educação rural no Brasil é herdeira do processo de exclusão no qual o campo está inserido. Entretanto, após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da educação, Lei 9.394/1996, percebe-se um processo de reformulação deste tipo de ensino; na leitura da Dissertação de Mestrado de Débora Soares Alexandre Melo Silva³ é descrito que:

2 Movimento religioso ligado à Igreja Católica, dentro da proposta da Teologia da Libertação.

3 Dissertação de Mestrado: **Estudos Metodológicos para atendimento da Comunidade Indígena Do Araçá, com Educação Profissional pelo Câmpus Amajari**. Seropédica, RJ, Abril, 2012. Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro. Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

Outro advento marcante foi à promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Como a gestão foi centralizada em reitorias, sediadas e representadas em sua maioria, pelas gestões anteriores dos antigos Centro Federais de Educação Tecnológica/CEFET, fez com que surgissem discussões inclusive em relação à perda das características e autonomia, uma vez que a maioria das escolas agrotécnicas, anteriormente autarquias, agora ficaram na condição de Câmpus dos Institutos Federais.

Essa reestruturação da Rede Federal de Ensino possibilitou maior investimento na educação profissional no Brasil, contexto ao qual o estado do Amapá também foi contemplado, sendo assim, possível refletir sobre a necessidade de adequar sua prática pedagógica às necessidades do setor agrícola do estado, atualmente carente desse investimento.

RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa encontra-se em andamento, pelo que já foi levantado através de pesquisa junto aos registros do INCRA, bem como em entrevistas com os atores envolvidos no processo, pudemos perceber que o PRONERA inicia suas atividades no Amapá em 2001, através de um convênio entre o INCRA e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED) objetivando a alfabetização para os jovens e adultos assentados do estado, buscando combater o analfabetismo nos assentamentos. O projeto foi intitulado “Saber Mais, Viver melhor – PRONERA”. Sua execução seria entre os anos de 2001 a 2003, alfabetizando 460 trabalhadores assentados, em 23 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da capacitação de 16 coordenadores e 23 professores para a execução do mesmo. Dos 460 assentados que iniciaram apenas 269 concluíram os estudos. Dentre os motivos elencados para a elevada taxa de evasão cita-se a ausência de transporte, problemas de visão de alguns assentados, cansaço físicos devido à extensiva jornada de trabalho⁴.

Em 2005, um novo convênio foi assinado para oferta de novas turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) assentados da reforma agrária no estado. O objetivo era alfabetizar 100 jovens e adultos, elevar a escolaridade de 825 assentados, em 30 assentamentos do estado, no período de 03 anos (2005/2008).⁵ As metas deste

4 Extraído do Relatório do Projeto “Saber Mais, Viver melhor – PRONERA”, convênio nº. 54350.001865/2001-31: INCRA/SEED, 2001. Disponível na Superintendência Regional do INCRA/AP

5 Extraído do Relatório do Projeto “PRONERA Escolarização – 2005”. Disponível na Superintendência Regional do INCRA/AP.

projeto não foram atingidas, a demanda de oferta foi menos da metade pretendida, além do grande número de alunos trabalhadores reprovados.

Em 2009, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), firmou convênio junto ao INCRA para a oferta do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para Educadores e Educadoras da Reforma Agrária do Território da Cidadania do Sul do Amapá. A proposta era formar 100 assentados para a docência da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. O cronograma de execução indicava o início para o ano de 2009 e encerramento em 2013, entretanto até a presente data o projeto não foi executado.

A parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) e o INCRA para a oferta do curso Técnico em Meio Ambiente para os Assentados, Extrativistas da Reforma Agrária de Laranjal do Jari, ocorreu em 2013, no campus Laranjal do Jari, por estar geograficamente mais próximo a assentamentos da reforma agrária, e também de reservas ecológicas extrativistas.

A opção pelo curso se deu, considerando a experiência que o campus Laranjal do Jari possuía com o curso já ofertado de forma regular, como pela necessidade de inserir temas relativos ao meio ambiente junto aos assentados extrativistas das comunidades do Cajari, que fica localizada dentro de uma reserva extrativista sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) – RESEX Cajari, e pelo projeto de créditos de carbono executado pelo IEF na comunidade do Maracá, além da solicitação dos movimentos sociais, por meio do Colegiado do PRONERA do estado Amapá.

Dentre as dificuldades encontradas pelo IFAP para a concretização do convênio, destaca-se a falta de compreensão das particularidades da Amazônia por parte da coordenação pedagógica nacional do PRONERA principalmente no que se refere ao custo aluno, metodologia da alternância e deslocamento.

O objetivo principal do projeto é a formação de 40 assentados extrativistas do sul do estado do Amapá no curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente ao ensino médio, adotando a Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino. As vagas foram preenchidas a partir de processo seletivo, que consistiu em prova escrita dissertativa e após classificação e matrícula, as vagas foram ocupadas da seguinte forma:

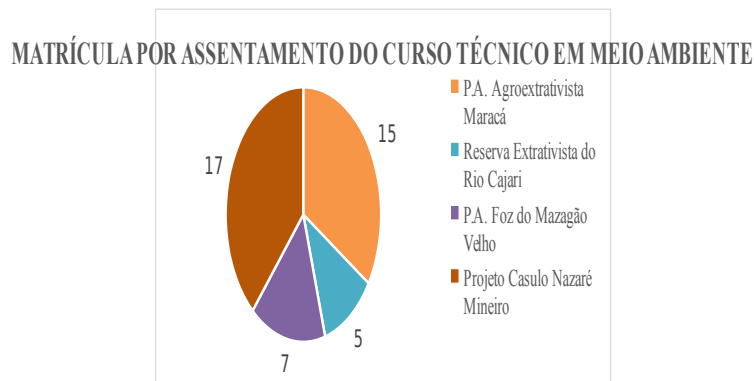


Gráfico 01: Matrícula por assentamento do curso Técnico em Meio Ambiente, para os assentados de Laranjal do Jari.

Pedagogia da Alternância no PRONERA de Laranjal do Jari

O Manual de Operações do PRONERA (2004) estabelece que a Pedagogia da Alternância deva ser adotada como metodologia de todos os seus cursos, justificado pela existência de diferentes tempos pedagógicos e pela possibilidade de adaptar a educação escolar à realidade do trabalho camponês; o manual ressalta ainda a necessidade, nos projetos pedagógicos dos cursos da existência do tempo – escola e do tempo comunidade.

O PRONERA é voltado para a educação de jovens e adultos acampados/assentados em diferentes áreas de formação profissional técnica de nível médio e superior, garantindo, inclusive, a formação de educadores. O programa visa proporcionar a milhares de jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino. (Manual de Operações do PRONERA, 2004).

Para a compreensão de que maneira a pedagogia da alternância se fez prática no curso Técnico em Meio Ambiente para os assentados da reforma agrária de Laranjal do Jari – AP optei no presente texto pelo recorte espaço-temporal, descrevendo a trajetória histórica da materialização do mesmo, a partir do relato dos envolvidos no processo.

Segundo o ex-coordenador do curso Professor Vinicius Batista Campos, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, o desejo de oferecer um curso técnico por meio do PRONERA partiu do INCRA, que até então só havia realizado trabalhos no estado do Amapá, por meio deste programa, com cursos de alfabetização de jovens e adultos. Com a criação do IFAP, no ano de 2008, o colegiado do PRONERA, ligado ao INCRA, procurou o instituto a fim de firmar

parceria para a oferta de um curso técnico para os assentados da reforma agrária no estado do Amapá. A escolha pelo campus Laranjal do Jari se deu, pela afinidade do campus com a área agrícola e a percepção que os profissionais, tanto do IFAP como os do INCRA tiveram de que seria mais viável um curso na área agrícola.

Em 2014 o convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, com objetivo de ofertar curso técnico profissionalizante na forma subsequente para os assentados da reforma agrária se consolidou. A Pedagogia da Alternância tornou-se a base metodológica na execução do curso Técnico em Meio Ambiente para os assentados da reforma agrária, das comunidades extrativistas de Laranjal do Jari, primeira experiência com cursos técnicos no IFAP.

O curso iniciou-se em julho de 2015, de forma modular e semipresencial. Analisando os registros apresentados pela coordenação do curso levantou-se que foram matriculados 40 alunos. Destes, 33 permanecem estudando. Dentre os que evadiram ao curso, 03 foram aprovados em curso superior na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e não conseguiram conciliar o calendário de aulas entre os dois cursos, os demais justificaram problemas de saúde e dificuldade de comparecer ao tempo escola .

De acordo com o Projeto Pedagógico, em suas páginas 60 e 61, o curso é ofertado na metodologia de alternância entre o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC). A partir da seguinte proposta: O TE “Será desenvolvido em quatro etapas intensivas com tempo variável de acordo com a carga horária do módulo (Julho/2015, Janeiro/2016, Julho/2016 e dezembro/2016), considerando uma semana de atividades de 48 horas (tempo presencial intensivo). Anterior a cada módulo, haverá seminários de planejamento com professores e monitores para o desenvolvimento do módulo.” Já o Tempo Comunidade (TC) -“(…) desenvolvido após cada módulo, sendo acompanhados e avaliados através de um encontro presencial mensal (no interstício entre os módulos, ou seja, entre os meses de agosto a dezembro – fevereiro a junho) correspondente a 12 horas relógio, totalizando 60 horas de encontros por módulo, resultando, ao final dos quatro módulos, uma carga horária total de tempo comunidade de 240 h (concernente a 30% do total do curso). Essas atividades serão intermediárias entre as etapas presenciais e constarão de leituras, correção de atividades, estudos dirigidos, grupos de estudos, pesquisas e apresentações culturais, entre outras.”.

CONCLUSÕES

O que se percebe de maneira geral, até o momento, é que, o PRONERA tem contribuído de maneira significativa na escolarização dos assentados extrativistas do estado do Amapá. Percebe-se também a necessidade de implementar estas políticas públicas, levando em consideração as peculiaridades amazônica, principalmente no que diz respeito ao deslocamento dos alunos, metodologia da pedagogia da alternância, bem como formação dos professores, estas ações levariam a um menor número de evasão e maior aproveitamento do programa.

Quando ao curso Técnico em Meio Ambiente, primeiro neste programa no estado do Amapá, percebe-se a grande aceitação por parte dos alunos, haja vista que dos 40 matriculados, apenas 08 evadiram o curso, e os frequentes nos informam gostar do curso. A de se aprimorar a metodologia de ensino, considerando a falta de atividades no tempo comunidade, conforme cita os alunos.

A pesquisa segue em busca de informações que possam chegar a conclusão dos desafios e do significado do referido curso para os assentados extrativistas da reforma agrária do sul do estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo nº 2.

_____. *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARCELLAR, Carlos. *“Uso e mau uso dos arquivos”*. In. PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARROS. J.D’ASSUNÇÃO. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5 ed. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de subsídios. Brasília. Outubro, 2003.

BROWN, H. Douglas. *Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy*. 3.ed. New York: Pearson Longman, 2007.

CALVÓ, Pedro Puig. *Introdução: Centros familiares de formação em alternância. In: Pedagogia da Alternância e desenvolvimento*. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias do Brasil, 1999.

CAMBRUZZI, C. *A educação voltada ao meio rural em Rio do Sul: faces e interfaces de uma realidade*. Florianópolis 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPOS. J. N; BRANDT. M; CANCELIER. J.W. (org). *O Espaço Rural de Santa Catarina: Novos Estudos*. Santa Catarina. Editora UFSC. 2013.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

_____. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo, Ed. UNESP, 2003. Original em francês - 1987.

_____. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Original em francês - 2007.

_____. *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Ed. Liberdade, 1996.

COSTA. L.F.C; MOREIRA. R.J; BRUNO. R. (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro. RJ. Mauad. 1999.

DORNEY, Zoltan. *The Psychology of Second Language Aquisition*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. *Research methods in applied linguistics: Quantitative, qualitative and mixed methodologies*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FERREIRA. M. M; AMADO. J. (org.). *Uso e abusos da História Oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro. RJ. Fundação Getúlio Vargas Editora. 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. Tradução Manuel Cruz: revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GOHN. M. G. *Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e Novos atores Sociais*. Petrópolis - RJ. Editora Vozes. 2013.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. *Por uma educação do campo: identidades e políticas pública* 2ª edição. Brasília, 2002.

MOLINA, M.C. *A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2003. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília.

_____. *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: MDA/MEC. 2011.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. POA: Sulina, 2007.

MURCIA, Marianne Celce. *Teaching English as a Second or Foreign Language*. 3.ed. Heinle Cengage: Boston, 2001.

NOSELLA, Paolo. *Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2012.

SACRISTÁN, J.Cimeno. *O currículo uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA. M.A. *Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST*. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2006.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000

PELANDRÉ. N.L. **Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 anos depois**. 3 ed. Santa Catarina. Editora da UFSC. 2009.